

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

MARÍLIA CHADDAD

**A IDENTIDADE SUL-AMERICANA NO SÉCULO XXI:
UM ESTUDO SOB A PERSPECTIVA DE ALEXANDER WENDT**

UBERLÂNDIA
2019

MARÍLIA CHADDAD

**A IDENTIDADE SUL-AMERICANA NO SÉCULO XXI:
UM ESTUDO SOB A PERSPECTIVA DE ALEXANDER WENDT**

Monografia apresentada ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia como requisito básico para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, sob orientação do(a) Prof.(a) Lara Martim Rodrigues Selis.

UBERLÂNDIA
2019

MARÍLIA CHADDAD

**A IDENTIDADE SUL-AMERICANA NO SÉCULO XXI:
UM ESTUDO SOB A PERSPECTIVA DE ALEXANDER WENDT**

Monografia apresentada ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia como requisito básico para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, sob orientação do(a) Prof.(a) Lara Martim Rodrigues Selis.

Uberlândia, 8 de julho de 2019

BANCA EXAMINADORA

Lara Martim Rodrigues Selis
(IERI - UFU)

Áureo de Toledo Gomes
(IERI - UFU)

Débora Figueiredo Mendonça do Prado
(IERI - UFU)

*Em memória à minha avó Eloisa; que a senhora
esteja em paz e se orgulhando de todos nós aí
de cima.*

AGRADECIMENTOS

O curso de Relações Internacionais, em meio a tantas dúvidas, desafios e descobertas que tive durante esse período, permitiu uma expansão da minha visão de mundo que eu jamais teria encontrado em outro lugar. Não só foram modificadas minha relação com o mundo exterior mas também comigo mesma, o que não deixa espaço para nenhum sentimento além de orgulho das minhas próprias escolhas.

Primeiramente e acima de tudo agradeço a Deus por ter guiado meus passos durante toda a vida e ter mantido meu equilíbrio diante situações tão adversas. Em seguida aos meus pais, João e Renata por terem acreditado no poder da educação e batalhado durante toda a vida para que eu pudesse ter acesso às oportunidades e experiências que acumulei até aqui. Vocês são incríveis e sempre me deram a liberdade que precisei para trilhar meu próprio caminho. Obrigada por serem os maiores arquitetos e apoiadores de todos os meus sonhos e é a crença de vocês na minha capacidade e no meu sucesso que me motivam a buscar sempre mais. Muito obrigada.

Em especial, agradeço à Ana, que não só acompanhou o processo de elaboração deste trabalho desde o início como continuou acreditando na minha capacidade até o final dele. Obrigada por todo o companheirismo e por crescer comigo durante todo esse tempo.

À toda a minha família, principalmente ao meu avô Devair, aos meus tios Jaqueline, Márcio, Júnior, Cristiane, Márcia (em memória) e Leila. Aos meus primos Giovana, Letícia, Heitor e Helena. Aos meus amigos uberlandeses Alécia, Laís, Luara, Rafael, Bruna e Laura, e também aos riopretenses Yuri, Raquel, Viviane, Malu (em memória) Thayrine e Leonardo.

A todos que citei até aqui e muitos outros aos quais sou grata: obrigada por me mostrarem que a vida é muito mais interessante quando compartilhada.

Por fim, sou imensamente grata a Universidade Federal de Uberlândia e ao Instituto de Economia e Relações Internacionais por todo o conhecimento compartilhado ao longo desses quatro anos e meio; em especial, à minha orientadora Lara Selis, e aos professores que compõem minha banca, Áureo Toledo e Débora Figueiredo. Aqui fica meu imenso respeito e admiração por cada um.

RESUMO

Usufruindo de um contexto internacional favorável e da harmonia no subcontinente, durante muitos anos a América do Sul pôde experienciar um intenso processo de aproximação e conseqüente integração regional entre os seus 12 países membros. Este processo, sob a liderança de partidos progressistas, trouxe inúmeros benefícios principalmente no campo social. Mas a reversão do cenário internacional e a mudança na orientação ideológica das lideranças, deu início ao questionamento acerca dos rumos das relações sul-americanas. Com o abandono de diversas metas sociais, estagnação da evolução das instituições já criadas e grande ênfase no desenvolvimento comercial, notam-se claramente que mudanças estão em curso. Com isso, considerando o extenso debate agente/estrutura que existe no campo das Relações Internacionais e havendo a necessidade de uma análise que contemple as identidades e interesses dos Estados, faz-se uso da teoria construtivista daquele que foi capaz de construir uma ponte entre vertentes distintas, abarcando não só os fatores materiais mas dando a ênfase que as ideias necessitam: Alexander Wendt. Por meio de uma perspectiva construtivista, torna-se mais claro e preciso o entendimento dos eventos que se passam atualmente no subcontinente, e os possíveis contornos que estes podem assumir no futuro. Questiona-se então, seriam essas transformações mudanças estruturais, ou seja, um regresso da cultura lockeana para a hobbesiana? Neste sentido, argumenta-se que estes eventos não possuem força suficiente para um regresso das culturas e uma conseqüente mudança estrutural. Busca-se, então, elucidar os interesses sul-americanos e identificar o ponto de inflexão; analisar a estrutura a qual estão inseridos e discutir acerca das possibilidades de mudanças.

PALAVRAS-CHAVE: construtivismo; América do Sul; Wendt.

ABSTRACT

Benefiting from a favorable and harmonious international context in the subcontinent, for many years South America was able to experience an intense process of rapprochement and consequent regional integration among its 12 member countries. This process, under the leadership of progressive parties, brought numerous benefits mainly in the social field. But the reversal of the international context and the change in the ideological orientation of the leaders began to question the direction of South American relations. With the neglect of several social goals, stagnation of the evolution of the institutions already created and greater emphasis on commercial development, it is clear that changes are under way. Thus, considering the extensive agent/structure debate that exists in the field of International Relations and the need for an analysis that includes the identities and interests of the States, it is used the constructivist theory of the one that was able to build a bridge between different sides of the field, embracing not only material factors but giving the emphasis that ideas needed: Alexander Wendt. Through a constructivist perspective, it becomes clearer and more precise the understanding of the events that are happening in the subcontinent, and the possibles shapes that these may assume in the future. It is questioned then, would these transformations be structural changes, that is, a return of the lockean culture to the hobbesian? It is argued that these events do not have enough strenght for a return of cultures and a consequente structural change. It seeks, then, to elucidate South American interests and identify the points of inflection; analyze the structure they are inserted and discuss about the possibilities of change.

KEYWORDS: constructivism; South America; Wendt.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - A realização múltipla da cultura internacional.....19

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO 1: O CONSTRUTIVISMO DE ALEXANDER WENDT.....	11
1.1. As concepções agente e estrutura.....	12
1.2. A estrutura de identidades e interesses.....	15
1.3. As três culturas da anarquia e a mudança estrutural.....	17
CAPÍTULO 2: A RELAÇÃO SUL-AMERICANA NO SÉCULO XXI	22
2.1 A trajetória do neoliberalismo na América do Sul.....	22
2.2 A aproximação sul-americana a partir da virada do século.....	24
2.3 A inversão do cenário.....	27
CAPÍTULO 3: A AMÉRICA DO SUL SOB A PERSPECTIVA CONSTRUTIVISTA..	31
3.1 A construção das identidades e interesses sul-americanos a partir dos anos 2000.....	31
3.2 A modificação dos interesses.....	35
3.3 Implicações.....	41
CONCLUSÃO	43
REFERÊNCIAS	44

INTRODUÇÃO

Após anos de intenso processo de integração regional e aproximação dos países, a América do Sul vêm enfrentando modificações em suas relações que nos levam a refletir acerca dos significados e razões para estas alterações. Estudá-las, mesmo que fazendo parte de um processo ainda em curso, se faz relevante devido à expressividade que as relações sul-americanas tiveram durante a maior parte do século XXI. Além do mais, a trajetória de constituição do subcontinente enquanto um grupo que atua conjuntamente não é objeto novo de estudo nas Relações Internacionais, já sendo possível inferir padrões e até mesmo deduzir hipóteses dos acontecimentos.

Se, durante mais de um década de progresso econômico e desenvolvimento social, emerge uma nova configuração na região que ameaça pôr em risco avanços que foram duramente e lentamente conquistados, surge a necessidade de se realizar uma análise que seja capaz de abranger a totalidade de causas e das consequências. É por esta razão que a perspectiva construtivista é utilizada: para abarcar pontos que vão além dos atributos materiais dos Estados, englobando as percepções que possuem uns dos outros. Contudo, não há a necessidade de exclusão das propriedades materiais dos países, o que torna - mais especificamente - a teoria de Alexander Wendt a mais adequada para o estudo aqui proposto.

O trabalho gira em torno das mudanças recentes no processo de construção e consolidação da identidade sul-americana, implementada pelos novos governos com orientação de direita e centro-direita. Questiona-se então: essas alterações poderiam representar uma mudança estrutural, ou seja, um regresso da cultura lockeana para a cultura hobbesiana?

Têm-se como hipótese que essas modificações recentes não possuem forças suficientes para serem configuradas como uma mudança estrutural. E, na busca de um sentido para estas, argumenta-se que o que estão sendo modificados são os interesses comuns aos Estados, bem como seus objetivos, que culminam em uma mudança no caráter da relação entre os Estados, refletindo nas instituições, mas sem completo afastamento ou desmantelamento dos avanços obtidos até então.

Para isto, o trabalho divide-se em três capítulos. O primeiro deles, de conteúdo teórico, tem o objetivo de explicitar os principais pontos da vasta teoria desenvolvida por Wendt; foram considerados os aspectos cruciais para que fosse realizado o estudo posteriormente no capítulo três. Estes aspectos vão desde, sucintamente, a própria construção da teoria em relação às já existentes e até mesmo à definição de conceitos como agente, estrutura, identidades, interesses, com ênfase nas três culturas anárquicas e a probabilidade de mudança estrutural entre elas.

Já no segundo capítulo - puramente histórico - o objetivo é descrever os acontecimentos na América do Sul a partir da virada para o século XXI até o período mais recente, resgatando fatos até do ano em questão, 2019. O capítulo está focado nos problemas comuns aos sul-americanos, bem como as soluções conjuntas, a consolidação de um processo de integração que já estava em andamento, e passando pela crise venezuelana que apesar de não concluída - assim como alguns eventos aqui descritos - é de extrema relevância para o estudo.

No capítulo final, pretende-se interpretar os fatos descritos no capítulo 2, ou seja, a aproximação e as modificações do período mais recente sob a perspectiva do construtivismo explicitado no capítulo 1. Assim, foi possível identificar quais os interesses comuns as nações ao longo do século, qual a situação atual das instituições construídas na primeira década do século XXI, passando pela modificação dos objetivos dos Estados sul-americanos e o que essas alterações representam atualmente.

O método utilizado foi tanto o qualitativo - de análise teórica - e, em menor grau, o quantitativo - para análise dos indicadores econômicos e sociais. As fontes foram principalmente as primárias, por meio da utilização de análise documental para obtenção de dados e detalhes sobre os acontecimentos mais recentes que foram descritos no capítulo 2. Também foram ostensivamente utilizadas as fontes secundárias, como artigos científicos, pesquisas e livros para a construir do arcabouço teórico apresentado no primeiro capítulo.

1 O CONSTRUTIVISMO DE ALEXANDER WENDT

O capítulo inicial deste trabalho tem por objetivo discorrer sobre os principais pontos da teoria construtivista de Alexander Wendt, com o intuito de auxiliar no entendimento dos eventos descritos no capítulo seguinte - a evolução da aproximação sul-americana ao longo século XXI. A escolha da teoria construtivista para analisar a série de eventos posteriormente descritas se dá devido à necessidade de ir além das abordagens materialistas, ao considerar que esses acontecimentos podem ser melhor entendidos sob uma ótica que considere outros aspectos, como a interação entre os Estados ao longo da história, suas identidades e interesses e possíveis processos de mudança estrutural (WENDT, 1999).

Assim, o construtivismo de Wendt encaixa-se melhor justamente por não rejeitar completamente o peso dos atributos materiais, sem se entregar completamente ao idealismo extremo, considerando o peso que as ideias possuem e até mesmo relacionando esses dois pólos. Como constantemente reforçado pelo autor, não deve-se despender esforços na escolha de qual é mais importante, mas sim estabelecer uma ligação entre ambas (WENDT, 1999).

Para a exposição completa do trabalho do autor, foram considerados não apenas o *Social Theory of International Politics* (1999), mas também os escritos anteriores que preconizam a obra. No *Social Theory* (1999), além de abordadas as questões que estão no centro da teoria, são abordadas também elementos que ajudam a situar o construtivismo dentro da evolução do campo teórico de Relações Internacionais.

Reconhece-se a importância do discurso, mas não pretende-se deslocar o foco totalmente para isto, por essa razão não foram utilizados outros autores dessa vertente como instrumento central de análise. O próprio Wendt se diferencia dos outros construtivistas ao se classificar como “moderado” em relação aos construtivistas mais “radicais”, e é justamente por essa moderação que ele se encaixa na análise aqui proposta (WENDT, 1999).

Pode ser enquadrado no espectro da teoria crítica por não aderir completamente ao *mainstream* positivista das Relações Internacionais e contestar muitas das premissas de seus autores principais. É por isto que seus estudos partem de autores já consolidados anteriormente no campo de estudos. O mais expressivo deles é Kenneth Waltz, a quem Wendt faz menção em quase todos seus escritos e principalmente em sua obra mais fundamental, o *Social Theory*. Busca-se até mesmo partir de pontos comuns da teoria neorrealista para depois contestá-los ou complementá-los sob o viés construtivista. Outros autores dessa linha também são citados como Mearsheimer, e também de outras, como Nye e Keohane, em que são identificados muitos pontos em comum. Não só é crítico do positivismo como também o faz com o pós-positivismo,

ao estabelecer pontes e, como já dito anteriormente, não se entregar ao idealismo totalmente (WENDT, 1987, 1992, 1995, 1999).

Sua teoria conversa com outros construtivistas como Onuf e Kratochwill. As convergências mais expressivas se dão na crença de um mundo socialmente construído, em que não só os atributos materiais possuem relevância, mas também as ideias. Além do mais, não buscam determinar uma antecedência ontológica aos agentes ou estruturas, mas sim estabelecer que são constantemente co-determinados.(WENDT, 1987, 1992, 1995;, 1999).

Apesar de atualmente o autor não se dedicar inteiramente ao construtivismo da mesma maneira, considera-se aqui que o desenvolvimento de sua obra é essencial para o estudo das Relações Internacionais e deve ser utilizado para explicar eventos contemporâneos como os explicitados posteriormente neste trabalho. Assim, foram selecionados os principais pontos da teoria construtivista levando à divisão do capítulo em três subseções. A primeira tem por objetivo explicitar algumas questões metodológicas que permitem pensar quem são os agentes e qual a composição da estrutura; na segunda discute-se os conceitos de identidades e interesses, bem como sua relação como parte de uma estrutura; e por fim são explicitadas as três possíveis culturas da anarquia, os níveis de internalização e as possibilidades de mudança estrutural.

1.1 As concepções agente e estrutura

A grande discussão científica em torno da teoria de Wendt, e de como desenvolvê-la, se dá a partir da afirmação de que entidades como os Estados e o próprio sistema internacional são reais e possíveis de serem estudadas. Porém, essas entidades não são observáveis e passíveis de experimentação, o que leva ao problema de como conferir uma legitimidade científica ao estudo, sendo que esta legitimidade esteve predominantemente ancorada na empiria dos positivistas. É a partir deste ponto que o autor passa a ser criticado por ambas as abordagens: tanto pelos positivistas, quanto pelos pós-positivistas. Mas a saída encontrada é se posicionar em um meio-termo claramente proposital, visto que o próprio autor reconhece a necessidade de se englobarem contribuições de ambas:

Com efeito, portanto, busco um “meio termo” através do Terceiro Debate ao reconciliar o que muitos tomam ser posições ontologicamente e epistemologicamente incompatíveis [...]. Alguns irão dizer que esse meio termo não existe. Talvez eles estejam certos, mas eu mesmo assim apresento dois argumentos: (1) o que realmente importa é o que existe em vez de como podemos estudá-lo, e (2) a ciência deveria ser guiada por questões e não por métodos, e a importância das questões constitutivas criam um papel essencial na ciência social para métodos interpretativos. De maneira mais franca, acho que os pós-positivas colocam muita ênfase na epistemologia, e os

positivistas deveriam ser mais abertos às questões e metodologias (WENDT, 1999, p. 40, tradução nossa).¹

Na passagem acima fica claro a posição do construtivismo no Terceiro Debate das Relações Internacionais, e a crítica do autor com a preocupação excessiva em relação à metodologia adotada, que gera a maioria dessas divergências. Ao conciliar posições consideradas incompatíveis para alguns, Wendt refere-se à adoção de uma ontologia idealista (em oposição à materialista) mas sem implicar em uma epistemologia pós-positivista, ao considerar que esta carece do grau de cientificidade que o autor considera adequado para o desenvolvimento de sua teoria. Para isto, faz uso do que é conhecido como “realismo científico” (WENDT, 1999)

O realismo científico permite sanar o problema de como estudar entidades inobserváveis através das interferências e efeitos produzidos por estas no mundo observável. A partir daí é possível realizar inferências abduativas, mas sem apenas fazer generalizações, e sim estudar as causas que levaram a tais efeitos. Dessa maneira, Wendt consegue atribuir legitimidade científica à sua teoria e adentrar na discussão que muitos teóricos das Relações Internacionais se engajaram em responder: a relação agente-estrutura (WENDT, 1987).

Antes de adentrar na discussão de fato entre a relação dessas duas entidades é preciso reconhecer quais são os agentes considerados e qual a definição de estrutura². No capítulo 5 do *Social Theory* (1999), estão condensadas as principais atribuições do que é o Estado, visto que esse é o ator mais importante³ e dotado de racionalidade, intenções, identidade e interesses, ou seja, é um ator de fato, se encaixando mais em uma visão weberiana. Também são identificadas cinco características que são comuns aos Estados, independente da forma como assumiram ao longo da história, são estas: ordem legal-institucional; monopólio do uso legítimo da violência organizada; soberania; sociedade e território (WENDT, 1999). A maneira como estes atributos se relacionam fica bem clara ao dizer que:

Em suma, o Estado essencial é um ator organizacional embutido em uma ordem legal-institucional, que se constitui com soberania e o monopólio do uso legítimo da violência organizada sobre uma sociedade em um território. Críticos podem responder dizendo que essa definição é tão reduzida que é pouco útil para analisar os Estados no

¹In effect, therefore, I hope to find a “via media” through the Third Debate by reconciling what many take to be incompatible ontological and epistemological positions [...]. Some will say that no via media exists. They may be right, but I nevertheless press two arguments: (1) that what really matters is what there is rather than how we know it, and (2) that science should be question-driven rather than method-driven, and the importance of constitutive questions creates an essential role in social science for interpretive methods. Put more bluntly, I think that post-positivists put too much emphasis on epistemology, and that positivists should be more open-minded about questions and methodology (WENDT, 1999, p. 40)

² A unidade de análise escolhida pelo autor é o Estado; e o nível de análise é o sistema internacional.

³ Ao considerar o Estado como ator de maior relevância no sistema internacional Wendt não exclui as outras entidades não-estatais; mas argumenta que apesar da crescente atuação destas, é o Estado que possui o monopólio da força.

mundo real, que necessariamente assumem formas diversas e complexas. Essa não foi a minha intenção: a intenção foi identificar o que é comum a todas as discussões de como os Estados são construídos pelo sistema estatal (WENDT, 1999, p. 213 - 214, tradução nossa).⁴

Com relação à estrutura, há uma oposição clara ao materialismo que a enxerga apenas como portadora de atributos materiais. Estes são importantes e estão de fato na composição das estruturas, mas só possuem significado se acompanhados de outros dois componentes: o conhecimento compartilhado entre suas partes e as práticas, ou o processo. A estrutura regula de fato o comportamento dos agentes mas não só, afetando também nas identidades e interesses, o que o leva a classificá-la como social e não estritamente material. (WENDT, 1999).

No artigo publicado em 1987, intitulado “*The Agent-Structure Problem in International Relations Theory*” não é postulado uma antecedência ontológica a nenhuma das partes, ou seja, agente e estrutura são co-determinados sem que um preceda o outro. Já no *Social Theory* (1999) surge uma necessidade maior de não problematizar tudo de uma só vez e escolher um ponto de partida. Considerando que o construtivismo aqui analisado pretende realizar uma análise sistêmica, e que esse sistema internacional pressupõe a existência de Estados se relacionando em uma estrutura, toma-se neste momento o Estado como dado, porém essa escolha de maneira nenhuma exclui a crítica sempre muito presente ao individualismo utilizado pelo neorrealismo de Waltz, que concebe os Estados totalmente como pré-existentes.

Superada a questão ontológica, a relação de interação entre as partes seria uma de interdependência, tendo as práticas realizadas entre os agentes como fator central nessa relação e sendo através delas que surgem configurações específicas no sistema internacional. É por meio dessa ênfase no processo que Wendt refuta a concepção neorrealista de que a autoajuda é uma característica intrínseca do sistema e desenvolve seu argumento (e também nome do artigo publicado em 1992) de que a anarquia é o que os Estado fazem dela (WENDT, 1992).

O neorrealismo de Waltz postula que a configuração do sistema internacional enquanto de autoajuda decorre necessariamente do fato de que a estrutura do sistema é anárquica, posicionando essa característica como exógena ao processo de interação entre os Estados. Essa concepção estaria errada segundo Wendt pois, por considerar que a estrutura e processo são indissociáveis, concebe a autoajuda como resultado do processo de interação entre os atores

⁴ In sum, the essential state in an organizational actor embedded in an institutional-legal order, that constitutes it with sovereignty and a monopoly on the legitimate use of organized violence over a society in a territory [...]. Critics might reply that this definition is so stripped down that is of little use for analyzing states in the real world, which necessarily take on various and complex forms. To be sure, but that was not my intention: it was to identify what is common to all discussions of how states are constructed by the states system (WENDT, 1999, pág. 213).

estatais, e não como um traço constitutivo da anarquia. Dessa forma, ela seria uma instituição socialmente construída no sistema, o que deixa claro como o autor não nega este aspecto tão utilizado pelas tradições anteriores, ou seja, da caracterização do sistema como anárquico; o que ele faz é ressignificar e expandir as possibilidades tão engessadas da anarquia como se conhece até então (WENDT, 1992).

Logo, o comportamento egoísta dos Estados não é descartado mas colocado em outros termos. Este traço existe como parte de uma identidade e não de uma natureza, sendo uma dentre várias outras formas de atingir os próprios objetivos. Quando um ator age dessa maneira, os outros podem ser levados a agir dessa forma também como resposta pois em uma estrutura anárquica não teria nada, até então, para prevenir este tipo de comportamento (WENDT, 1992, 1999).

A anarquia teria, portanto, um papel permissivo, ou seja, é através dela que pode emergir uma configuração pautada na autoajuda. Contudo, isto não se dá necessariamente, visto que pode-se pensar em uma anarquia de caráter cooperativo por exemplo, explicitando que de fato ela pode ser o que os Estados quiserem que ela seja. Tudo vai depender das estruturas de identidades e interesses que podem emergir do processo de interação (WENDT, 1992, 1995).

1.2 A estrutura de identidades e interesses

No capítulo 5 do *Social Theory* (1999) podem ser encontradas as concepções construtivistas acerca de ambos os conceitos - identidades e interesses - bem como sua relação e a maneira como vão determinar o caráter do sistema. Se faz necessário dedicar uma parte maior para o esclarecimento desses termos já que são centrais para elucidar qual a relação dos países sul-americanos, explicitadas no capítulo posterior..

Inicialmente, as identidades podem ser definidas como “[...] *a property of intentional actors that generates motivational and behavioral dispositions.*” (WENDT, 1999, p. 224)⁵ ou, colocado de outro modo, é basicamente o que os atores são, a concepção que possuem de si mesmos e que irá influenciar na maneira como irão agir. Esta é uma característica atribuída ao nível da unidade, ou seja, do Estado; mas pode ser transferida ao nível sistêmico já que as identidades são relacionais, dependendo também de como são enxergados os outros atores (WENDT, 1995, 1999).

Feito o entendimento básico do conceito de identidade, são identificados quatro tipos destas: pessoal, tipo, função e identidade coletiva. As duas primeiras são mais relacionadas à

⁵ “[...] uma propriedade dos atores intencionais que geram disposições motivacionais e comportamentais.” (WENDT, 1999, p. 224, tradução nossa).

unidade, enquanto as duas últimas são definidas exclusivamente pelo processo de interação com outros Estados. Assim, primeiramente, a identidade pessoal, que no caso dos Estados vai ser denominada de identidade corporativa, relaciona-se com as características essenciais desse ator que já foram citadas anteriormente. Fazendo uma analogia com o ser humano, seria a identificação enquanto “eu”, mas no caso estatal é a identificação de um grupo de pessoas enquanto formadoras de um Estado, constituindo então a base cognitiva que é acompanhada pela base material (território) (WENDT, 1999).

Já o segundo refere-se ao tipo estatal, ou seja, suas características, que podem ou não estar expressas de maneira formal, como no exemplo citado por Wendt da democracia, que é claramente amparada por regras, podendo ter uma variação histórica. Com relação à função, a própria nomenclatura mostra como depende da relação que é estabelecida dentro do sistema, afirmando o autor a grande necessidade de institucionalização para constituí-la e apresentando a soberania como um exemplo, já que no sistema internacional, com a inexistência de uma autoridade central, seria a forma mais institucionalizada possível. Isso explica porque há uma ênfase muito grande no conceito de soberania e de instituição para Wendt (WENDT, 1999).

Por fim, a identidade coletiva merece um destaque maior. Esta se dá por meio da relação de um Estado com o outro pelo processo de identificação, que pode ser definida como “[...] *a cognitive process in which the Self-Other distinction becomes blurred and at the limit transcended altogether*” (WENDT, 1999, p. 229)⁶; desenvolvendo-se em uma área específica ou em várias, mas raramente de forma completa. Isso quer dizer que passa-se a considerar os outros Estados como parte de si, e a considerá-los na resolução de problemas, construção de instituições comuns e assim por diante (WENDT, 1999).

Isoladamente essas identidades não bastariam porque são a base de outro elemento: os interesses nacionais. Muito atrelados à segurança, estes que irão condicionar a maneira como o Estado irá agir perante os outros, podendo ser divididos em quatro: sobrevivência física, autonomia, bem-estar econômico e bem-estar coletivo. Os três primeiros são conceitos emprestados dos autores George e Keohane (1980), e o último é desenvolvido por Wendt (1999).

Estes interesses podem ser brevemente explicados como a sobrevivência física significando a preocupação com a sobrevivência de todos os indivíduos que compõem o Estado; a autonomia como a liberdade de escolha para alocação dos recursos, tomada de decisões, entre outros; o bem-estar econômico como a preocupação com a base de recursos materiais do

⁶ “[...] processo cognitivo em que a distinção ‘eu-outro’ se torna ofuscada e transcende completamente.” (WENDT, 1999, p. 229, tradução nossa).

Estado; e bem-estar coletivo refere-se muito à questão do *status* no sistema internacional, na maneira como um Estado se enxerga e como enxerga aos outros, se é ou não respeitado, se possui uma imagem positiva ou negativa e assim por diante (WENDT, 1999).

É justamente nesse interesse de bem-estar coletivo que podem ser explicados alguns comportamentos específicos de um Estado. Como exemplifica Wendt, uma imagem negativa de si e do outro pode levar a uma competição maior entre as nações, e a um desejo de se reafirmar constantemente ou humilhar o outro no sistema internacional; o que se opõe quando é o caso de uma imagem positiva, que emerge em contextos cooperativos excluindo a necessidade de agressão entre os Estados (WENDT, 1999).

Dessa forma, o autor identifica que a estrutura de identidades e interesses pode emergir de duas maneiras: quando há um alto nível de interação entre os atores, e quando estes estão insatisfeitos com a situação anterior. Assim, inseridos nessa estrutura e através do conhecimento compartilhado que os atores possuem uns dos outros, eles irão interagir com base nos significados que foram construídos e reforçados ao longo do tempo, fazendo com que a prática de um tenda a espelhar a prática dos outros (WENDT, 1992).

O que isso quer dizer que se um Estado agir de forma hostil inicialmente, os outros tenderão a agir assim, o que contraria os princípios realistas ao afirmar que não há sentido em interpretar os outros Estados como ameaças antes do processo de interação. É preciso de um comportamento que demonstre uma intenção negativa, o que abre possibilidades de sistemas que vão além dos competitivos, pautados na autoajuda (WENDT, 1992).

1.3 As três culturas da anarquia e a mudança estrutural

Como já citado na seção anterior, o construtivismo de Alexander Wendt expande as possibilidades de configuração anárquicas ao estabelecer outras formas que vão além do sistema de autoajuda postulado anteriormente pelo *mainstream* da teoria. Essas possibilidades são muito bem expressas no capítulo 6 do *Social Theory* (1999), em que o autor discorre sobre três culturas que podem existir dentro da anarquia: a cultura hobbesiana, a cultura lockeana e a kantiana.

O uso da palavra “cultura” refere-se basicamente às ideias que são compartilhadas entre os atores, e o que vai suplantará essas três culturas descritas são as ideias que os atores compartilham uns com os outros acerca do uso da violência, que vai variar de uma para a outra. Além disso, a função (anteriormente descrita como um dos aspectos identitários) é de extrema relevância ao analisar a configuração dessas culturas, pois a posição de cada ator no sistema é que vai determinar, em partes, o caráter das relações (WENDT, 1999).

Cada uma dessas culturas anárquicas possui três níveis de internalização, ou seja, diferentes graus a serem atingidos dentro de cada cultura. Como a configuração lockeana é a que pretende-se dar mais ênfase nos desenvolvimentos do capítulo três, então são os três níveis de internalização desta que serão abordados posteriormente nesta seção (WENDT, 1999).

Inicialmente têm-se a cultura hobbesiana, que pôde ser observada com frequência ao longo da história, principalmente nos períodos de muitos conflitos e grandes guerras. Os atores têm a função no sistema de inimidade, que se traduz no não reconhecimento à existência do outro, levando os Estados a se atacarem constantemente sem uma limitação do uso da violência com base no pior cenário possível. O sistema hobbesiano caminha em direção à destruição e às guerras de conquista, mas gerando também outros efeitos como a eliminação dos Estados mais fracos pelos Estados mais fortes; o balanceamento de poder por estes; e à quase impossibilidade da neutralidade, já que a tendência é sempre levar ao estado de guerra. Dessa maneira, as capacidades militares entram em jogo como elemento de grande importância, já que são elas que vão possibilitar a sobrevivência neste cenário e, desta forma, reproduzir (ou não reproduzir no caso dos Estados mais fracos) as identidades inimigas no sistema (WENDT, 1999).

Já em relação à cultura lockeana, muda-se a função de inimigo para rival levando a uma mudança na concepção dos atores quanto ao uso da violência e quanto à maneira como se enxergam. Esta é a mais abordada pelo autor pelo fato de ser a configuração atual do sistema, ou seja, de maneira geral o mundo atualmente não é configurado em um estado de guerra ilimitado em que os Estados estão sempre se enxergando de maneira negativa, visando o pior cenário; existem conflitos em diversas partes do mundo mas estes adquiriram uma outra forma; Estados mais fracos são capazes de prosperar e as fronteiras dos países são bem delimitadas. Essas seriam algumas evidências que provam a existência de um mundo lockeano, que assume esse caráter principalmente pelo fato de que a função de rival é a admissão do direito de sobrevivência do outro, como explicitado na passagem abaixo:

When states recognize each other's sovereignty as a right then we can speak of sovereignty not only as a property of individual states, but as an institution shared by many states. The core of this institution is the shared expectation that states will not try to take away each other's life and liberty (WENDT, 1999. p. 280).⁷

Sendo assim, há o reconhecimento da soberania como uma instituição e o respeito a ela, entrando em jogo o direito internacional, que pressupõe que os atores possuam um certo tipo de “auto-limitação”. Parcialmente, esse aspecto de auto-limitação explica a sobrevivência de

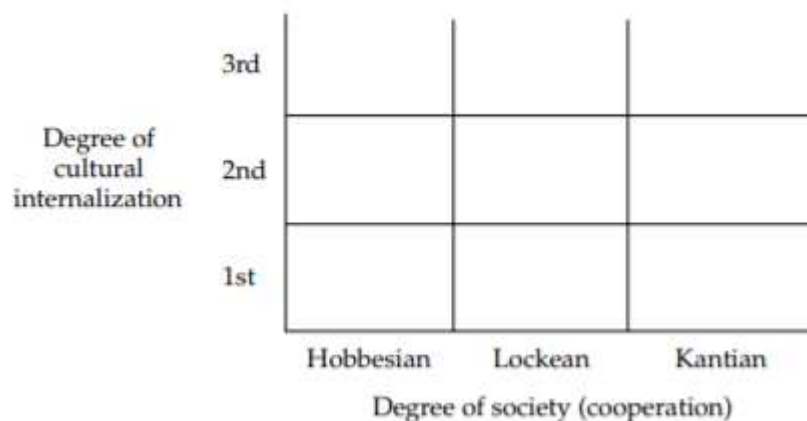
⁷ Quando os Estados reconhecem a soberania uns dos outros como um direito aí podemos falar de soberania não apenas como uma propriedade individual dos Estados, mas como uma instituição compartilhada por muitos Estados. O centro dessa instituição é a expectativa compartilhada de que os Estados não irão tentar tirar a vida e a liberdade uns dos outros (WENDT, 1999, p. 280, tradução nossa).

Estados mais fracos, já que a estes é dado o direito de sobrevivência pelos mais fortes, que não irão o tempo todo se engajar em guerras de conquista. Contudo, em um sistema lockeano admite-se o uso da força justamente por não haver a exclusão completa dos conflitos, mas o uso se faz de maneira muito mais limitada do que no hobbesiano. Isso não faz com que o poder militar seja descartado; ele ainda é necessário mas sob uma outra ótica, com muito menos frequência. A balança de poder permanece, e a neutralidade torna-se possível (WENDT, 1999).

Dentro das culturas, Wendt indica três níveis em que elas podem ser internalizadas. A primeira delas seria uma explicação mais realista com base na força, ou seja, os atores obedecem às normas porque são constantemente forçados a isto, pois caso contrário sofrerão uma punição material (aqui está o caráter realista de importância do materialismo). O nível de consentimento é baixo e os atores estão sempre sob pressão. Diferentemente do segundo nível, em que a explicação é neoliberal devido ao cálculo dos preços, ou seja, é de interesse próprio - por ser mais vantajoso - o cumprimento das leis. A pressão é menor e há maior probabilidade de coesão. Já o terceiro e último nível é o construtivista, em que a legitimidade é a explicação para a obediência no sistema, sendo que os atores cooperam justamente por acreditar nas normas. Aqui os atores se identificam muito mais, elevando a qualidade do consenso mas também aumentando a resistência à mudanças (WENDT, 1999).

A dinâmica da internalização das culturas pode ser mais facilmente compreendida ao analisar o seguinte esquema:

Figura 1 - A realização múltipla da cultura internacional



Fonte: WENDT, 1999, p. 254.

No eixo vertical, têm-se os graus de internalização de uma cultura, enquanto no horizontal têm-se os graus de cooperação de acordo com as três culturas anárquicas. Wendt deixa claro como que isto não pode ser interpretado - como geralmente é feito no *mainstream* das Relações Internacionais - como uma linha diagonal iniciando-se da hobbesiana no primeiro grau rumo à kantiana no terceiro. O que ele quer dizer é que é possível, em uma cultura kantiana,

haver um baixo nível de internalização, não podendo associar cooperação com a internalização, o que abre a possibilidade de nove configurações no sistema internacional. Essas configurações vão depender simplesmente dos interesses estatais em realizá-las (WENDT, 1999).

Em um determinado nível de internalização dessa cultura, os quatro tipos de identidades anteriormente explicados teriam uma importância em determinar algumas características do sistema, bem como poderiam ser sentidos efeitos sobre elas. Com relação à identidade pessoal, a cultura lockeana teria o efeito de selecionar quais os atores aptos ou não para fazer parte desta configuração, dando muita ênfase para os que respeitam e os que não respeitam a soberania dos outros. Os tipos estatais também são determinados devido à congruência de sua estrutura interna com as normas internacionais, fazendo com que atualmente os Estados mais aceitos sejam, por exemplo, os democráticos, os que repudiam genocídios em suas nações, os capitalistas e assim por diante. Nessa categoria, há uma constituição de quais formas estatais são aceitas ou não (WENDT, 1999).

No que refere-se à identidade coletiva, é criada uma identificação com os outros Estados, que irá fazer com que desenvolvam um certo senso de lealdade que pode levá-los a agir contra uma agressão externa. Essa identificação não é total pois ainda são admitidos conflitos internos ao grupo. Por último, são os efeitos sobre as funções que deixam bem claro como o sistema lockeano se diferencia do sistema kantiano ao obscurecer os efeitos anteriores, tornando os atores mais individualistas. Isso significa, basicamente, que de fato os Estados agem dentro de um grupo, mas esse grupo é apenas um plano de fundo para atingir seus objetivos pessoais, conservando traços egoístas mas não concebidos como uma característica intrínseca e sim como uma concepção individual (WENDT, 1999).

A última delas, a cultura kantiana, a função de rivalidade é substituída pela de amizade. É dessa forma que os Estados se enxergam no sistema e são capazes de construir relações pautadas na não-violência e na identificação com o outro, excluindo guerras e ameaças em caso de resolução de conflitos mas, caso haja uma ameaça externa, todos se voltarão contra esta mesmo que a ameaça seja a um só. Quando discute sobre essa configuração, Wendt refere-se muito a sistemas de segurança coletiva, porém sem colocá-los na condição de global, podendo ser construídos em regiões. Se levada ao nível extremo de internalização, haverá uma interdependência muito grande entre os atores, que os levará a pensar os interesses do grupo como os seus próprios, chegando até mesmo a uma identificação total com o outro (WENDT, 1999).

Esse sistema pode parecer idealizado ou contraditório com a existência da anarquia mas na realidade o autor demonstra sua ocorrência após a Segunda Guerra Mundial entre os países

da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), e afirma como essa cultura pode limitar a ação dos Estados sem necessariamente possuir uma autoridade central para puni-los. Com isso, as próprias nações podem internalizar esses constrangimentos a um nível em que se torne natural respeitá-los (WENDT, 1999).

Todos esses três esquemas quando estabelecidos possuem a capacidade de se auto reproduzir, pois essas identidades são internalizadas a um nível tão grande pelos Estados que passam a ser de seu interesse replicá-las ao longo do tempo com a finalidade de construir uma imagem estável de si. Esse ponto nos leva a questionar quais as possibilidades de mudança estrutural visto que existem uma série de sistemas possíveis com diferentes níveis de internalização. Essa questão também encontra resposta na obra do autor (WENDT, 1999).

Devido a essa característica de autopetuação, a mudança estrutural encontra espaço no construtivismo mas não de maneira simplificada. Uma cultura, quando estabelecida, limita as escolhas que os atores possuem por já estarem enquadrados em uma determinada estrutura, além de fazer com que eles próprios sejam relutantes às transformações. Neste processo, influências tanto internas quanto externas passarão a importar. As internas estão relacionadas com os compromissos assumidos pelos Estados devido ao processo de internalização de determinada cultura, ou seja, os que estão satisfeitos com seu papel não irão se interessar em mudá-lo. Já os externos relacionam-se com as instituições com que esses atores se comprometem; estas tendem a determinar padrões que podem ser punidos ou recompensados de acordo com o comportamento daqueles que estão inseridos nela, passando a ter importância o cálculo de o de custos e benefícios, pois se os últimos forem menores que os primeiros, os Estados não se engajarão em uma mudança estrutural (WENDT, 1992, 1995, 1999).

Assim, a mudança na concepção construtivista ocorre quando os atores decidem pensar sobre si mesmos em novos termos, abrindo suas possibilidades de ação quando estão insatisfeitos com a configuração anterior, demonstrando que a mudança estrutural está diretamente relacionada com a mudança na identidade coletiva (WENDT, 1992, 1995, 1999).

2 A RELAÇÃO SUL-AMERICANA NO SÉCULO XXI

Ainda antes de adentrar a reflexão sobre a relação das considerações teóricas feitas no capítulo anterior sobre a teoria construtivista, é necessário uma análise que contemple os diversos acontecimentos dos anos 2000 no que tange à cooperação na América do Sul. O objetivo do capítulo é explicitar o intenso processo de aproximação sul-americana que pode ser evidenciado pela construção de instituições conjuntas, a congruência em objetivos nacionais e a postura diante acontecimentos na região. Estes fatores, e as suas variações, serão cruciais para entender a construção das identidades e dos interesses no capítulo posterior, e analisar como essas mudanças podem ser interpretadas pela perspectiva de Alexander Wendt.

O processo já tem início antes da virada do século, mas se intensifica com a chegada dos anos 2000, por essa razão que o estudo parte deste período. O que chama atenção é o fenômeno já conhecido e amplamente estudado, da ascensão de partidos de esquerda e centro-esquerda como lideranças na América do Sul. Esse fenômeno, pode-se dizer, tem suas raízes nos efeitos nefastos do neoliberalismo na virada do século, que agravou a situação dos países que já vinham sofrendo crises econômicas graves; e é isto que é demonstrado inicialmente no capítulo.

Entendido então o contexto de emergência das semelhantes lideranças, na questão ideológica, parte-se para o período de extrema importância na análise do presente trabalho: os anos 2000. É aqui que ficam explicitadas as diversas tentativas de integração, que se mostraram bem-sucedidas em diversas áreas durante muitos anos, chamando atenção para o campo social, em que se notou uma concordância dos países na erradicação de problemas como a extrema pobreza. Tudo isso contribuiu na construção e consolidação da identidade sul-americana no período.

Por fim, dá-se um destaque maior, também, ao período mais recente, tendo os anos de 2012 e 2015 como um ponto de inflexão com o agravamento da situação econômica e com a eleição de diversos países de orientação mais conservadora. São analisados então, os impactos dessa mudança nas iniciativas de integração e como isso tem abalado o processo de construção de identidades na região ao revelar uma discordância entre os objetivos de algumas nações.

2.1 A trajetória do neoliberalismo na América do Sul

Quando o receituário neoliberal proposto pelos Estados Unidos através do Consenso de Washington foi empurrado aos países da América do Sul, estes jamais imaginariam que a possível solução para o grande problema da crise da dívida externa seria, na realidade, um dos fatores agravantes da situação. De acordo com Soares (2014, p. 23): “A América Latina serviu

de ‘laboratório’ para as várias ‘gerações de reformas’ implementadas, inclusive, a partir de ‘revisões’ das reformas iniciais e dos seus ‘problemas de implementação’”

Isso demonstra que o neoliberalismo não foi implementado de uma só vez ou de uma só maneira na região. Pelo contrário, devido às diferenças internas entre os países, essas reformas se manifestaram de acordo com a trajetória particular de cada um deles, mas de maneira geral tendo em vista a mesma finalidade. As “revisões” acima citadas, também indicam que houve uma mudança no conteúdo das medidas para que se adequassem aos objetivos pretendidos, tudo isso acarretando a custos relevantes para as nações sul-americanas (SOARES, 2014).

Segundo Bandeira (2002), as políticas neoliberais não podem ser vistas como totalmente responsáveis pela situação desse grupo na virada do século, até mesmo porque a conhecida “década perdida” era um fenômeno já vindo dos anos 1980, mas com certeza não foram efetivas na erradicação da dívida externa. Como demonstra o autor, o Brasil, por exemplo, experienciou um aumento da dívida entre a década de 1990 e 2000; no mesmo período, a dívida argentina era o equivalente a 50% de seu PIB; e o contexto era semelhante para outros países, como o Chile e Colômbia.

Arcar com os custos da dívida tornou-se tarefa cada vez mais complexa, visto que muitos países passaram a experimentar uma balança comercial negativa devido às novas configurações do comércio internacional. E, além do mais, com a abertura econômica desenfreada, as remessas de lucros, transferências clandestinas e *royalties*, dificultaram cada vez mais a retenção do lucro no território nacional (BANDEIRA, 2002).

As consequências foram diversas, mas o setor mais afetado - e o qual pretende-se dar maior enfoque aqui - foi o social. A assimetria entre ricos e pobres não se restringiu apenas ao ramo internacional, ou seja, entre os países, mas também afetou a dinâmica interna, agravando um problema estrutural já identificado na América do Sul (e também em outras regiões): a má distribuição de renda. A flexibilização do mercado de trabalho, medida necessária para atender cada vez mais às vontades do grande capital (agora quase totalmente autônomo e sem regulamentação), e o aumento dos níveis de desemprego, contribuíram para o agravamento dessa desigualdade (SOARES, 2014).

Se antes do ajuste neoliberal as camadas menos privilegiadas da sociedade podiam ser amparadas pelas políticas sociais, nessa nova configuração marcada pela redução do papel estatal também na esfera de prestação dos serviços públicos, não havia mais nenhuma garantia a essa camada. Este era marcadamente o fim do Estado de bem-estar social, e entrega às mãos do setor privado a gerência e fornecimento de muitos destes serviços (SOARES, 2014).

Visto que a situação econômica e social na América do Sul e Latina era insatisfatória, e segundo Soares (2014), marcada pelo acúmulo de problemas antigos e novos problemas, introduzidos pelas novas medidas, vão crescendo na virada do século as manifestações contra a política neoliberal. Essas manifestações vão se consolidando cada vez mais e se manifestarão, já na entrada do século XXI, na eleição de partidos com programas claramente anti-neoliberais.

2.2 A aproximação sul-americana a partir da virada do século

A insatisfação social acerca das consequências adotadas pelos governantes passou a se manifestar, durante a virada do século, nas urnas. De maneira mais ou menos uniforme, partidos de esquerda ou centro-esquerda foram ganhando força e aos poucos sendo eleitos, configurando o fenômeno já conhecido e muito explorado da “guinada à esquerda” ou “onda rosa”. A análise, mesmo que de maneira sucinta, torna-se fundamental para o entendimento da convergência dos países nas iniciativas de integração, que serão expostas posteriormente nesta mesma seção; ademais faz-se útil no capítulo posterior ao examinar o processo de construção das identidades na América do Sul nos anos 2000.

Como identificado por Castañeda (2006), a “guinada à esquerda” tem início com a eleição de Hugo Chávez na Venezuela, em 1999. Segue com Ricardo Lagos em 2000, mas principalmente sua sucessora, Michelle Bachelet seis anos depois, no Chile. No ano de 2003, Brasil e Argentina elegem Luiz Inácio Lula da Silva e Néstor Kirchner, respectivamente; e dois anos depois, Tabaré Vázquez e também José Mujica em 2010 no Uruguai. Já em 2006, há Rafael Correa no Equador, e Evo Morales na Bolívia; mais tardiamente, em 2011, é a vez do Peru com Ollanta Humala. São alguns poucos países que fogem à regra, como Colômbia e Paraguai. (DE LA CUADRA, 2014; MORAÑA, 2008)

Essas lideranças, no início do século, adotam uma postura diferente da década anterior, ao assumir um caráter explicitamente anti-neoliberal em seus programas, adotando um tipo de desenvolvimento conhecido como novo-desenvolvimentismo (MOTA, 2012), em uma denominação mais econômica. Pode-se dizer que:

(...) a partir dos anos 2000, o discurso e as estratégias de enfrentamento da crise se afastam das loas à desregulamentação do mercado e passam a transitar por uma espécie de juízo moral que, ao criticar os maus e desonestos capitalistas - qualificados de especuladores e irresponsáveis - defende o capitalismo sério, real, produtivo, democrático e redistributivo (MOTA, 2012, p. 33).

Parecia haver um engajamento conjunto na resolução dos problemas sociais, o que fez com que o Estado reassumisse o controle das políticas econômicas e públicas, associando o desenvolvimento econômico com a redução da extrema pobreza, além da adoção de uma

política externa mais autônoma por parte dos governos da América do Sul. Esse engajamento na resolução dos problemas se traduziu em aumento no gasto social, medida esta que se mostra oposta às implementadas até então, de controle dos gastos e entrega da gestão de serviços ao setor privado. (DE LA CUADRA, 2014; MOTA, 2012; SOUZA, 2012).

Países como Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia e Chile, adotaram programas de transferência de renda que foram, de maneira geral, bem-sucedidos em sua implementação, como o Bolsa Família, *Asignación Universal por Hijo*, *Ingreso Ciudadano*, *Tekoporã*, *Bono Escolar “Juancito Pinto”*, e Chile Solidário, respectivamente. Estes são só alguns exemplos de iniciativas que derivam de planejamentos ainda mais estruturados, com metas objetivas claras. O que eles têm em comum, é o combate à extrema pobreza, ampliando o acesso a saúde e educação por meio da transferência de renda; demandando condições para as famílias participantes, que no geral são controle de vacinação dos filhos, controle da frequência escolar, acompanhamento da situação de saúde, e outros (MOTA, 2012; PASE; MELO, 2017).

Esse objetivo comum de erradicação da pobreza por meio de programas sociais, como argumenta Pase e Melo (2017), pode ser visto como importante para o desenvolvimento da integração regional na América do Sul. Este processo, tanto entre os sul-americanos tanto como na América Latina como um todo, tem suas raízes antes da década de 1980/1990, ou seja, antes da ascensão e declínio das ideias neoliberais; porém parte-se do Mercosul como a primeira iniciativa relevante para a análise aqui exposta (CALIXTRE; BARROS, 2011).

O Mercosul surge em um contexto marcadamente neoliberal, mas como argumenta Souza (2012), a evolução do bloco mostra como ele foi usado para expressar uma postura mais autônoma do conjunto de países sul-americanos frente às tentativas de integração dos Estados Unidos, como por exemplo, a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). É em 1991, com a assinatura do Tratado de Assunção que Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai dão início à formação de uma das principais iniciativas já promovidas na América do Sul. Por meio da livre circulação de bens e serviços, coordenação das políticas comerciais em relação a terceiros, e harmonização de suas legislações, o objetivo era a formação de um mercado comum (MERCOSUL, 2019; MERCOSUR, 2019; SARAIVA, 2011).

Hoje, considerado como uma união aduaneira incompleta, o Mercosul passou por diversos avanços, como a inclusão da Venezuela (mas que atualmente encontra-se suspensa) e inserção de todos os países da América do Sul (com exceção da Bolívia) como associados. Desenvolveu uma série de protocolos e organismos para fortalecer sua estrutura, e inclusive expandiu sua agenda para assuntos além da questão comercial inserindo, inclusive, questões sociais,

consolidadas por meio da criação de institutos e comissões dentro do bloco (MERCOSUL, 2019; MERCOSUR, 2019; SARAIVA, 2011).

Já a Comunidade Andina (CAN), surge do Pacto Andino, iniciativa que data desde 1969, mas assume o nome de Comunidade Andina em 1996. Possui Bolívia, Equador, Colômbia e Peru como membros e objetivam, de maneira geral, facilitar o processo de integração entre esses países e formar um mercado comum, projeto que se consolidou no ano de 2006 (CAN, 2019; SARAIVA, 2011).

É importante notar, que o processo da integração na virada do século, já tomava contornos claros, contando com diversas iniciativas e reuniões. Entre elas, tem-se como um marco a I Reunião de Chefes de Estados sul-americanos, conhecida como Cúpula de Brasília, nos anos 2000. Essa seria a primeira vez que todos os Estados sul-americanos se reuniram para discutir e identificar seus problemas comuns e especificidades que os caracterizavam enquanto um conjunto (CALIXTRE; BARROS, 2011; OEI, 2019).

A Cúpula de Brasília seria de extrema relevância para uma aproximação mais profunda entre Mercosul e CAN, que ficaria marcada na III Reunião, em 2004. Nesse momento, os doze países decidem dar origem à Comunidade de Nações Sul-Americanas (CASA), que quatro anos depois viria a ser a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) (CALIXTRE; BARROS, 2011; UNASUL, 2019).

A UNASUL configura-se como uma iniciativa de extrema importância ao incluir todos os doze países que compõem América do Sul em uma única organização para debater temas que não são exclusivamente econômicos, como finanças, infraestrutura, energia, defesa, educação, saúde e outros. Dentre estes, destacam-se os de infraestrutura, devido aos avanços obtidos através da incorporação da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA); e também os de defesa, com a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), marco na história por ser a primeira vez que os países se juntam para pensar defesa sem os EUA ou sua influência através de alguma organização internacional. Merece destaque, também, pela sua ênfase na preservação da autonomia dos Estados membros e pela sua capacidade de abrigar diferentes concepções dos países em relação ao modo como é realizado o processo de integração. (CALIXTRE; BARROS, 2011; MARIANO; RAMANZINI JÚNIOR; ALMEIDA, 2014; SARAIVA, 2012).

Estes foram apenas alguns dos projetos colocados em prática na região, porém existem muitos outros que também carregam seu devido peso, mas que se estendem à totalidade da América Latina, como a Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA), de caráter fortemente político; a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos

(CELAC), sendo considerada por alguns como a iniciativa mais abrangente na região (SOUZA, 2012); Aliança do Pacífico e diversas outras reuniões que permitiram com que os Estados sul-americanos pudessem debater seus problemas e objetivos comuns.

Por fim, outro fator a ser considerado que vai além da institucionalidade, é a aproximação entre os presidentes no período, principalmente entre os do Brasil, Chile, Uruguai e Argentina. São diversos os momentos que foram expressos atitudes cordiais e de amizade entre eles, como por exemplo nas declarações de José Mujica em relação à Lula e também as de Bachelet; a relação entre Cristina Kirchner e Dilma Rousseff, e outras que vão além destas e incluem outros presidentes. Essa interação se deu até mesmo após a saída destes, e como muitos foram acusados e até mesmo condenados por episódios de corrupção, a troca de solidariedade esteve sempre presente (BBC, 2017; CARMO, 2017).

2.3 A inversão do cenário

Se a situação descrita na seção anterior, de aproximação dos países por meio da criação de instituições, concordância em objetivos comuns e etc, se mantivesse da forma como foi descrita até os anos mais recentes, o cenário seria de provável progresso, cooperação e estabilidade no processo de integração regional entre os países da América do Sul. Diante das diversas iniciativas, reuniões de chefes de Estados e pontos de convergência, era difícil prever um cenário que não fosse de fortalecimento dos laços entre os Estados. Mas a história tomou outro rumo e passou-se observar um movimento oposto ao que se viu no início dos anos 2000: a eleição de governos de direita.

No ano de 2012 rumo a 2013 o Chile já sinaliza uma mudança com eleição de Sebastián Piñera. O caso mais notável começa com a substituição dos Kirchner, na Argentina, pelo empresário Mauricio Macri, com inclinações políticas opostas aos líderes anteriores; e em 2016 é a vez do Brasil que, após um conturbado processo de *impeachment*, tem Dilma Rousseff substituída por Michel Temer, e posteriormente com a eleição recente de Jair Bolsonaro. Paraguai, Peru e Equador também adentraram nessa tendência e atualmente contam com os nomes Mario Abdo Benítez, Martin Vizcarra, e Lenín Moreno (ODILLA, 2018; SCHAPIRO, 2018).

Os motivos para essa inflexão merecem uma análise completa por si só, pois cada país enfrentava uma situação particular que acabou culminando na desestabilização das lideranças progressistas. Mas, de maneira geral, em diversos países presidentes, ex-presidentes e parlamentares tiveram seus nomes envolvidos em grandes esquemas de corrupção que passaram a ser investigados ao ponto de gerar uma divisão profunda de opiniões internas e externas.

Gradualmente, foi-se formando uma oposição ferrenha aos partidos que tradicionalmente estavam no poder, desencadeando em uma grande parte da população um desejo por mudança (GRAHAM-HARRISSON, 2017).

Com a própria chegada de Temer ao poder no Brasil, já há uma sinalização de alteração nas relações, como exemplificado no discurso do então presidente na ONU, em que diversos países se manifestaram, mesmo que de maneira sutil, explicitando a desaprovação em relação ao *impeachment*. O ministro das relações exteriores, apontado por Temer, e o presidente argentino, demonstram mudanças claras em relação à estratégia de política externa anterior, através do desejo de fortalecimento de relações bilaterais com os Estados Unidos e com outros países desenvolvidos. (BRICEÑO-RUIZ, 2018; FELLET, 2016; MATTEI, 2018)

E não só as mudanças nas lideranças políticas que geraram um ponto de inflexão, mas outro evento importante merece ser destacado: a crise na Venezuela. Os conflitos internos deste país merecem uma análise minuciosa que não encontra espaço neste trabalho, porém as consequências geradas pelas crises econômica e política, somadas aos constantes abusos em relação aos direitos humanos por parte do governo de Nicolás Maduro, começaram a gerar discussões entre os países de todo o continente a respeito da legitimidade do atual presidente (MATTEI, 2018; ROSSI, 2019).

A situação se agravou ao ponto de eclodir na criação do Grupo de Lima, que foi criado em 2017, por 14 países latino-americanos e o Canadá, com a finalidade de encontrar saídas pacíficas para a situação venezuelana. Mas o que chama a atenção foi a participação de um representante dos Estados Unidos em reunião recente do Grupo, já que os EUA não fazem parte formalmente. Essa tensão foram transmitidos também para os outros órgãos multilaterais, principalmente ao Mercosul (MATTEI, 2018; ROSSI, 2019).

O episódio da presidência do bloco demonstra de maneira clara essas divergências. De acordo com as regras, a rotação se dá a cada seis meses um país por ordem alfabética, porém quando chega a vez da Venezuela em 2016, Brasil, Argentina e Paraguai não reconheceram a posse. Além disso, no final do ano, a Venezuela foi suspensa. Caso semelhante já havia ocorrido em 2012, com o Paraguai, quando o país foi suspenso do Mercosul diante das alegações de golpe político, fazendo com o que o país só fosse novamente regularizado em 2013, com novas eleições nacionais (MATTEI, 2018).

Ainda em relação ao Mercosul, Mattei (2018) argumenta como ele foi afetado pelos diferentes interesses políticos do recente período. O Brasil passou a desejar mudanças e a não dar um peso tão grande ao bloco, que passou a ser visto como um impedimento para desenvolver relações mais diretas com outros países. O próprio ministro da Economia, Paulo Guedes,

chegou a afirmar que o Mercosul e a Argentina não seriam prioridades no governo Bolsonaro, antes mesmo deste ser eleito, gerando surpresa entre os membros. Para os atuais presidentes, Bolsonaro e Macri, tudo indica que o Mercosul servirá mais como um instrumento comercial, e até mesmo uma ferramenta para firmar acordo com a União Européia⁸, claramente deixando de lado as iniciativas sociais desenvolvidas anteriormente (BARRUCHO; CARMO, 2018; BRICEÑO-RUIZ, 2018; MOLINA; BENITES, 2019).

Na UNASUL o caso fica ainda mais evidente quando, em 2018, Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Peru, Paraguai e Equador decidem suspender sua participação no bloco, mas criando um outro mecanismo: o Foro para o Progresso da América do Sul (Prosul). O Prosul, assinado no início de 2019 por estes países sem a participação da Bolívia, Uruguai, Suriname e Venezuela, seria uma iniciativa mais livre de ideologia e de burocracias, como justificam os governantes. Diferentemente da UNASUL, buscou-se fundar uma organização mais simples, sem a participação dos países que possuem ainda forte inclinação à esquerda, com o intuito de funcionar como um meio de diálogo. (LEAL; MOLINA, 2019; REUTERS, 2018).

As áreas de atuação do Prosul seriam infraestrutura, saúde, defesa, segurança, combate ao crime, prevenção e resposta a desastres naturais, excluindo o campo social como estava proposto anteriormente na UNASUL. Na própria declaração constitutiva da nova organização afirma-se que não se pretende ser um bloco excludente, o que mostra claramente uma contradição ao não abrigar países relevantes para a região (MRE, 2019).

Por fim, de acordo com Briceño-Ruiz (2018), a UNASUL e a CELAC se apresentaram como meios importantes para atingir a cooperação em diversos assuntos, mas adentraram em um período de estagnação completa; no caso da UNASUL, de completo desmonte. Ainda segundo o autor, a própria ALBA não possui mais a influência que um dia já obteve na região.

Vale ressaltar que este é um processo ainda em curso, em que os desdobramentos não estão tão claros. Mas entende-se que, em uma hipótese de manutenção de um terreno comum entre os países sul-americanos, uma mudança no caráter da aproximação entre os países pode estar em curso, sendo claramente marcada pelo fator comercial, sem a complementação de objetivos sociais sólidos, que se configuravam anteriormente como objetivos internos aos países e refletidos em suas políticas externas. O apelo para a construção de uma identidade enquanto países integrantes da América do Sul, preservando a autonomia em relação aos Estados Unidos, diminui nesse momento por meio de um certo distanciamento entre os países,

⁸ No período de elaboração deste trabalho, concretizou-se o acordo entre Mercosul e União Européia no dia 28 de junho de 2019.

obsolescência de algumas instituições já criadas, mas não total ruptura com o processo de integração. São essas modificações que serão analisadas no capítulo seguinte.

3 A AMÉRICA DO SUL SOB A PERSPECTIVA CONSTRUTIVISTA

Este capítulo final tem por objetivo analisar os acontecimentos descritos no capítulo 2, que vão desde o processo de construção da identidade sul-americana até as modificações que se configuraram no período mais recente através da teoria construtivista explicada no capítulo 1. Há diversas maneiras de interpretar esses fatos mas é por meio do pensamento de Alexander Wendt que pretende-se estudar a consolidação da identidade sul-americana nos anos 2000 - já que o processo de formação tem suas raízes anteriormente. Para o autor, as práticas constantes realizadas pelos países são cruciais para a construção de determinadas configurações do sistema internacional, o que faz com que as situações descritas no capítulo 2 sejam de extrema relevância, justamente por explicitar as ações dos Estados ao longo do século XXI.

A teoria nos permite analisar o processo por meio de uma perspectiva mais idealista e menos materialista, ou seja, uma perspectiva social, focada nas identidades e interesses deste grupo de Estados que se enquadram como América do Sul. Dessa forma, procura-se responder ao questionamento se as transformações que estão em curso representam uma mudança estrutural na relação entre os países dessa região e quais suas implicações para o futuro.

Para que esses objetivos sejam alcançados é necessário analisar quais os interesses em comum dos Estados na virada do século - como mostrados na primeira seção - e como estes foram necessários para a identificação entre os países e posterior desenvolvimento e consolidação de uma identidade comum. Este seria um momento de grande consolidação do que Wendt chamou de cultura lockeana, que prevalece até hoje.

Em relação ao período recente, na segunda seção, buscam-se identificar quais interesses deixaram de ser comuns e quais estão em jogo agora, argumentando que não pode-se ainda falar em uma mudança estrutural justamente por essas modificações não terem a força e a maturidade suficientes para fazer com que haja uma modificação completa desse sistema.

Busca-se analisar essas transformações recentes sob o viés construtivista com o objetivo de entendê-las e, na seção final deste capítulo, discorrer sobre suas implicações para o futuro. Isso torna-se possível através das contribuições conferidas pela teoria em aspectos como os interesses estatais tendo em vista a modificação dos objetivos comuns, a evolução ou então, estagnação, de um processo de consolidação de identidades que vinha se estruturando ao longo dos anos e assim por diante. A análise dos desdobramentos dos processos descritos no capítulo anterior nos permitem atingir esses objetivos e elucidar a modificação no caráter das relações sul-americanas.

3.1 A construção das identidades e interesses sul-americanos a partir dos anos 2000

Na virada do século os países da América do Sul e da América Latina como um todo encontravam-se em uma situação comum: agravamento da situação econômica devido à aplicação de reformas neoliberais. Este fator é considerado aqui como o principal para explicar a redefinição das identidades e dos interesses neste período. Como postulado por Wendt (1999), esses conceitos são interdependentes pois não basta apenas saber quem o Estado é - ou como se posiciona no sistema internacional - mas também o que o Estado quer, fazendo-se necessário a identificação de quais eram os objetivos e como eles se enxergavam no sistema.

Retomando o conceito de interesses nacionais, nota-se que dentre os quatro objetivos buscados pelos Estados - sobrevivência física, autonomia, bem-estar econômico e bem-estar coletivo - o de bem-estar econômico era o que predominava. Na teoria, todos eles devem ser buscados, mas existe a possibilidade de que em determinados momentos alguns sejam mais predominantes do que outros, como é neste caso (WENDT, 1999).

A urgência para que fosse solucionado o problema da crise econômica se apresenta como fator comum em meio a um conjunto de países com características heterogêneas se comparados entre si. E neste sentido passaram-se a buscar soluções que, a primeiro momento, não eram conjuntas mas semelhantes, o que explica em partes a ascensão dos governos mais progressistas. Nas palavras de Coutinho (2006):

[...] o diferencial nessa nova onda política é que a região passa a experimentar formas de conter o ímpeto da liberalização já iniciada, e a tirar vantagens do bom momento mundial, enquanto aproveita para reorganizar a economia; reduzir a dívida pública, a vulnerabilidade externa e os índices de pobreza; restaurar a capacidade de infraestrutura; reindustrializar-se e buscar instrumentos próprios de financiamento na região (COUTINHO, 2006, pág. 119).

Orientados por uma política de desenvolvimento nacional, esses partidos criaram medidas que foram capazes de reverter o quadro deficitário. Neste modelo, o Estado passou a atuar como propulsor do projeto de desenvolvimento, contrariando a tendência anterior do período neoliberal. Segundo Santos (2015), os países tiveram êxito em reduzir o déficit externo e começaram a gerar superávits a partir de 2003; paralelamente as políticas adotadas pelas lideranças progressistas de recomposição do salário real, aumento do emprego e dos gastos sociais trouxeram a prosperidade econômica.

Como identificado por Mota (2012), essa prosperidade econômica - que deveria ser refletida na volta do crescimento - era um dos objetivos centrais, pois conjuntamente a esse objetivo poderia-se alcançar outro que também, como já identificado anteriormente, era comum a maioria das nações sul-americanas: a redução da pobreza. Mas, não bastou apenas a vontade e o engajamento da região nesta meta como também é preciso considerar as condições materiais

que a possibilitaram. Pois, do mesmo modo que Wendt não descarta a importância dos atributos materiais, sendo este um fator característico de seu desenvolvimento teórico, nem tudo pode ser explicado apenas pelas ideias e sendo estas que dão sentido às propriedades materiais, torna-se importante também identificá-las aqui como elemento de relevância (WENDT, 1999).

Configurados no sistema internacional como exportadores de produtos primários, a América do Sul aproveitou do contexto internacional favorável durante muitos anos que se seguiram com o aumento do preço das *commodities*. Ou seja, por um longo período tiveram suas exportações aumentadas significativamente. Também, por serem abundantes em recursos naturais, desenvolveram políticas de exploração desses recursos nacionais que associados ao fator anterior possibilitaram a geração de receitas para que fossem financiados internamente os programas assistenciais com foco na redução da pobreza. O que significa que o sentido desses atributos materiais se traduziu de forma muito expressiva para esses programas (SANTOS, 2015; MOTA, 2012).

Com a capacidade econômica necessária para o desenvolvimento dos programas, estes países desenvolveram projetos com estruturas e metas extremamente semelhantes. Essa semelhança também evidencia uma convergência entre os países, já que até mesmo as condicionalidades sobre os beneficiários (internamente, em cada país) eram parecidas; mostrando como havia um claro alinhamento de seus interesses nacionais - que como posteriormente explicados, iriam refletir em suas relações internacionais.

Há muitas questões a se considerar quando analisados os aspectos sociais do período para entender se esse objetivo de erradicação da pobreza foi atingido pelos países. Algumas abordagens como as de Mota (2012) sustentam que apesar da redução do número de pessoas pobres e aumento do consumo das famílias, não ocorreu uma alteração na estrutura desigual presente nas nações. Concorda-se aqui que é preciso analisar os programas assistenciais desenvolvidos no período de uma maneira mais crítica, como sendo soluções pragmáticas para um problema que possui raízes históricas; mas também não deixando de considerar os avanços obtidos no período, principalmente se comparado ao período atual, pois eles são parte da própria identidade dos Estados ao longo do século.

Na análise dos dados os resultados são expressivos, principalmente entre 2002 e 2008, que o número de pessoas pobres caiu de 225 milhões para 186 milhões; e de o indigentes que foi de 99 milhões para 72 milhões. A queda também se mostrou expressiva de 2008 a 2011. Ademais, ocorreu uma redução expressiva do desemprego entre 2000 e 2014, e esses são apenas dois indicadores citados dentre muitos outros que evidenciam os resultados obtidos como

consequência dessa identificação enquanto países engajados na resolução de problemas sociais (CEPAL, 2013; 2014).

Assim, identificado o interesse de bem-estar econômico, nota-se que embutido em outro traço característico das lideranças de esquerda e centro-esquerda sul-americanas, estava o desejo de autonomia, sendo este outro interesse nacional analisado por Wendt. Uma das raízes deste fenômeno pode estar atrelado, também, ao período anterior, em que os países estiveram submetidos às políticas desenvolvidas majoritariamente pelos Estados Unidos. O próprio fracasso na criação da ALCA já explicita uma mudança nas relações, já que houve a oposição - não a primeiro momento, mas posteriormente - em dar continuidade ao projeto, explicitando que os países adotariam uma postura de defesa dos interesses nacionais, sem submissão aos Estados Unidos (SOUZA, 2012).

A maneira como essa autonomia foi executada não foi apenas através da contestação e não submissão mas também através da criação de instituições próprias da América Latina e da América do Sul, como já exploradas no capítulo anterior. Tanto Mercosul, Comunidade Andina, UNASUL, CELAC, e outras, foram constituídas pelos países sul-americanos sem a membresia dos Estados Unidos. A formação dessas instituições de maneira mais independente fez com que os países pudessem se unir, de um certo modo, para atingir seus objetivos econômicos e também sociais, já que muitas dessas instituições possuíam organismos especializados em questões para além das financeiras e comerciais (BANDEIRA, 2002).

Não adentra-se aqui na questão da efetividade dessas organizações, pois esta discussão encontra pontos de vistas diversos que exigiriam uma análise mais completa de cada uma dessas iniciativas e seus resultados. O que sustenta-se aqui é que apenas a iniciativa e a própria construção dessas instituições já são suficientes para demonstrar uma coesão maior entre as nações e uma identificação enquanto países integrantes de uma mesma região. A existência delas por si só já nos permite discorrer sobre a identidade sul-americana.

Sendo assim, ao longo dos anos, foi-se consolidando a cooperação sul-americana e as medidas que permitiram que os países atingissem seus objetivos, dando desenvolvimento ao interesse de bem-estar coletivo. Este está muito associado com a visão que os Estados possuem uns dos outros no sistema, que aqui não é uma imagem negativa mas sim uma imagem positiva, de identificação. Logo, o bem-estar de um acaba tornando-se questão dos outros e isto está refletido, em parte, nas instituições criadas e no desenvolvimento de mecanismos e organismos internos a estas para resolução de conflitos e busca conjunta de soluções, a exemplo do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), da IIRSA e de outros ainda.

Quanto ao interesse relacionado à sobrevivência física, não há muito o que discorrer, visto que nesse período as disputas fronteiriças na região já foram superadas e não há grandes conflitos territoriais. Os países da América do Sul, nesse período, não sofrem ameaças em relação a seu território nem vindos do país ao qual expressam o desejo de autonomia (Estados Unidos).

Após a análise desses interesses fica fácil deduzir qual era a identidade estatal sul-americana no período dos anos 2000. Inseridos cada vez mais em uma cultura lockeana, (considerando diferentes níveis de internalização), as nações puderam por meio do conhecimento compartilhado que já possuíam umas sobre as outras, construir uma imagem mais coesa e estável de si. Se identificavam como membros de fato desse subcontinente, engajados em construir instituições com foco nos problemas específicos, de forma mais autônoma frente aos Estados Unidos mas sem necessariamente apresentar uma ruptura ou uma oposição clara.

Os países não se enxergavam de maneira negativa e não havia a tentativa de conquista, o que permite que Estados com capacidades diferentes possam conviver e se relacionar normalmente, e ainda assim ir atrás de seus objetivos, que neste momento eram muito semelhantes. Como muito marcada pelo reconhecimento ao direito de existência do outro, a identificação da cultura lockeana na América do Sul fica nítida, principalmente porque muitas vezes esse reconhecimento do direito está manifestado na existência de instituições.

Portanto, ao longo da maior parte do século XXI, a América do Sul fortaleceu suas relações com relativa estabilidade dentro de um contexto econômico internacional favorável (com exceção à crise financeira de 2008) que só seria perturbado no período mais recente. Essas mudanças mais atuais, apesar de ainda estarem em curso, nos levam a questionar se já não é possível pensar em uma redefinição dos interesses dos países, já que a orientação ideológica das lideranças sofre uma transformação evidente ao não se comprometer mais com os objetivos anteriores.

É acerca desse questionamento que giram os desdobramentos de seção seguinte, ao identificar pontos de inflexão e interpretá-los por meio das contribuições construtivistas. São identificados novos interesses e objetivos comuns às nações, mas também são identificados pontos de atrito que serão de extrema importância para estudar o novo caráter das relações na América do Sul., agora menos preocupados com o fortalecimento de uma identidade regional.

3.2 A modificação dos interesses

Quando analisadas os desenvolvimentos que passam a ocorrer a partir de 2012 na economia, e a partir de 2015 no campo político, notam-se claras alterações no comportamento

das nações sul-americanas. Com uma tendência rumo à desaceleração do crescimento econômico e reversão da tendência de valorização de suas moedas, os países passam a incorrer em problemas financeiros que não faziam parte da realidade anterior. Somado a isso, ainda há a queda do preço das matérias-primas e a deterioração das contas externas dando origem aos déficits em conta-corrente. O processo não ocorreu exatamente ao mesmo tempo para todos os sul-americanos; a Argentina, por exemplo, passou de um crescimento do PIB de 8,5% para 0,9% já entre os anos de 2011 para 2012, por outro lado no Chile, o decréscimo mais expressivo - de 4,2% para 2,0% só ocorreu entre 2013 e 2014 (SANTOS, 2015).

Com a promessa de retomada o crescimento econômico e mudança no caráter das políticas, aos poucos vai-se criando uma polarização que culmina na eleição de líderes com uma orientação ideológica oposta à que estava em curso. Muito já foi abordado no capítulo anterior, mas vale ainda ressaltar como estes eventos são cruciais para se analisar as modificações que estão em curso atualmente.

Agora embutidos em um contexto econômico internacional desfavorável e sob o comando de lideranças de direita ou centro-direita, questionam-se os rumos da evolução da aproximação entre os países. O objetivo deste trabalho não é argumentar no sentido de uma mudança estrutural, ou seja, uma volta da cultura lockeana para a hobbesiana, mas sim no sentido de que há de fato uma alteração nos interesses e no modo como os Estados vêm executando suas ações.

No capítulo 6 do *Social Theory* (1999), Wendt afirma: “In conclusion I address the question of progress over time, suggesting that although there is no guarantee that international time will move forward toward a Kantian culture, at least it is unlikely to move backward” (WENDT, 1999, pág. 251).⁹ Através dessa passagem, Wendt deixa claro como não existem garantias concretas de que o mundo algum dia atingirá totalmente a situação de uma cultura kantiana. Paralelamente, não pode-se afirmar que é fácil uma modificação regressiva, ou seja, de volta para a situação hobbesiana.

Em um outro momento, Wendt afirma que pode haver um retorno temporário, mas que posteriormente tende a um equilíbrio da situação para o lockeano novamente. O ponto crucial que marcaria um regresso, seria a questão da sobrevivência entre os Estados: se os mais fracos tendem a sobreviver, então a configuração do sistema é lockeana, caso o contrário seria

⁹ Em conclusão chamo atenção para a questão do progresso ao longo do tempo, sugerindo que apesar de não ter garantia de que o tempo internacional irá mover-se em direção a uma cultura kantiana, pelo ou menos é improvável que irá mover-se para trás (WENDT, 1999, p. 251, tradução nossa).

hobbesiana¹⁰. A variação mais provável reside nos níveis de internalização de cada cultura e não nas culturas entre si.

Dois pontos se fazem úteis nesse sentido: o primeiro deles são as possibilidades de mudança estrutural - já argumentadas no capítulo 1 - e também a não maturação dos fatos observados. Com relação às possibilidades de mudança, no capítulo 1 discutiu-se como a existência de diferentes tipos de cultura dentro da anarquia, não faz com que a estrutura possa ser transformada com facilidade. Após internalizados determinados papéis e percepções acerca do outro, surge um interesse em manter determinadas posições no sistema. Como se verá posteriormente, não foram cessadas todas as iniciativas de integração, mas claramente mudadas seu caráter, devido à percepção de que esses projetos eram úteis para atingir seus objetivos. Também, devido ao conhecimento compartilhado que os Estados possuem entre si, ou seja, de que são capazes de cooperar a níveis significativos, não é fácil - nem interessante - mudar essa concepção. Ademais, com relação ao segundo ponto, uma alteração estrutural levaria mais tempo do que de fato se tem até agora, considerando que as transformações no contexto passam a ocorrer a partir de 2012 (WENDT, 1999).

Em um cenário hobbesiano claramente não haveria respeito mútuo entre as nações, ou seja, elas estariam em conflito na maior parte do tempo ocasionando um estado de guerra. Atualmente, há respeito ao direito de existência, permitindo que convivam - e interajam - em uma mesma região países com diferentes capacidades materiais, sem a eliminação dos mais fracos pelos mais fortes. No entanto, posteriormente vale fazer uma ressalva em relação ao caso venezuelano (WENDT, 1999).

Wendt reconhece diversos episódios de manifestação de uma configuração negativa na história, mostrando que tudo reside na percepção (de inimizade) que os atores possuem uns dos outros. Esta percepção ocorreu em casos desde os gregos e persas, e até no conflito Israel e Palestina, evidenciando a não exclusão dessas percepções, mas a redução de sua ocorrência (WENDT, 1999).

Se o que se percebe, portanto, não é um regresso à cultura hobbesiana então faz-se necessário analisar o que são essas alterações e o que elas estão afetando, mesmo que ainda não tenham força para transformar completamente a estrutura. Assim, pode-se sim afirmar que existe uma mudança em curso com algumas particularidades que merecem ser analisadas.

¹⁰ Em entrevista concedida para *Theory Talks* em 2008, o autor é questionado a respeito da configuração do continente africano. Sem saber identificar em qual nível de internalização ele se encontra, Wendt afirma que de fato é um sistema lockeano mas a alguns passos atrás da configuração européia, com tendência a evolução. Ele justifica a configuração como lockeana justamente na sobrevivência dos Estados (SCHOUTEN, 2008).

Ao começar pela análise do interesse de autonomia, esta não mais se expressa no período atual da mesma forma, sendo no mínimo ressignificada. Anteriormente, pode-se dizer que a palavra “autonomia” na América do Sul remetia quase que diretamente à criação de mecanismos que não fossem de controle dos Estados Unidos, mas sem necessariamente remeter a uma relação conturbada com o país. Agora, a discussão está mais associada à abertura das possibilidades de comércio para além da América do Sul, mas sem dismantlar as relações já criadas aqui. Nota-se uma clara reaproximação e concordância com as posições estadunidenses e, até o momento, não se tem perspectiva de projetos mais autônomos por parte dos governos de direita e centro-direita.

Em relação ao bem-estar econômico, se antes este unia os países em uma causa comum, agora ele torna-se central na obtenção de alguns objetivos e não é utilizado apenas como um fim em si mesmo, ou seja, sair de uma crise ou atingir metas maiores de crescimento econômico, mas também é a justificativa para uma série de ações. Brasil e Argentina, por exemplo, já indicaram como pretendem que o Mercosul esteja focado nas questões comerciais e não políticas, e os integrantes do bloco já demonstraram a importância de se firmar um acordo com a União Européia. O que isso indica é que as formas de integração serão utilizadas, majoritariamente, para obter benefícios econômicos, não mais focadas em questões políticas e principalmente em questões sociais.

As questões sociais, por sua vez não são mais uma característica constitutiva da identidade sul-americana, justamente porque a configuração interna de cada nação não reflete mais para a América do Sul como um todo a preocupação que antes havia com erradicação da pobreza e obtenção de metas sociais. Inclusive, cresceu o criticismo em relação aos programas assistencialistas que já haviam sido desenvolvidos, o que refletiu também nas ações dos presidentes em diversos países. Ademais, a situação econômica no subcontinente não permite mais um financiamento nos moldes do período anterior, evidenciando a necessidade de atributos materiais para a obtenção de determinados objetivos.

O processo de dismantelamento da UNASUL também nos tem algo a dizer. Não ocorreu o simples desaparecimento de uma instituição que foi progressivamente construída ao longo dos anos por falta de efetividade, mas sim a ação coordenada entre os países desde o momento de saída até o momento de constituição da nova organização, o Prosul. Isso mostra como não foi uma desorganização do processo de integração mas sim uma mudança nas crenças, já que a constituição do Prosul encontrou justificativas em argumentos ideológicos e, não coincidentemente, deixou de fora os países que ainda possuem inclinação à esquerda: Bolívia, Uruguai e claramente a Venezuela.

Enquanto a UNASUL foi criada em um contexto de bonança econômica, autonomia frente aos Estados Unidos e expansão do projeto de integração para toda a América do Sul, o Prosul é criado no inverso. Em um contexto de instabilidade econômica, reaproximação dos países em relação aos Estados Unidos e divisão dos países sul-americanos na integração, não fica difícil inferir que um cenário menos hostil e de boas relações entre as nações é de interesse de todas essas lideranças (ROSA, 2019).

Não se faz necessário analisar a situação das outras iniciativas de integração, como a Comunidade Andina, a ALBA, a CELAC e a Aliança do Pacífico¹¹, pois estas se encontram em estado de estagnação, sem nenhum avanço ou perspectiva evidente até então, mostrando um claro regresso, tendo em vista que já tiveram um maior nível de atividade. As maiores alterações foram sentidas no âmbito da UNASUL e também no do Mercosul, até porque foram instituições que se mostraram mais presentes.

O caso Venezuelano também encontra uma explicação no construtivismo. Quando resgatados os quatro tipos de identidades descritas, no capítulo 1, têm-se que as características de um Estado vão determinar se este está apto ou não para integrar determinada estrutura coletiva. A evolução dos acontecimentos na Venezuela levaram a um questionamento de extrema importância não só no continente mas também no mundo: se há ou não algum resquício de democracia ainda no país. Ao instigar esse questionamento, o país passa a não ter mais a característica crucial para ser parte integrante do que é entendido como América do Sul, ou seja, a mesma forma de governo (WENDT, 1999).

Com uma história marcada por regimes ditatoriais, os sul-americanos agora identificados como inclinados à direita, não iriam tolerar um processo de integração e a composição de uma identidade comum com um país que recorrentemente realiza abusos aos direitos humanos através de um governo que se classifica como de esquerda. Isso explica a suspensão venezuelana no Mercosul desde 2017. A própria aproximação com os Estados Unidos facilita a exclusão da Venezuela, ainda mais com a participação de representantes norte-americanos no Grupo de Lima.

A ressalva feita anteriormente sobre o conflito venezuelano levar a um questionamento se não estaria ocorrendo uma volta à cultura hobbesiana na região se dá devido às conversas constantes, por parte do presidente dos EUA Donald Trump, sobre a possibilidade de algum tipo de intervenção. Contudo, uma ação desta magnitude foi interpretada pelos sul-americanos

¹¹ Atualmente, existem algumas negociações de aproximação entre Mercosul e Aliança do Pacífico se iniciando.

como uma ameaça à soberania do país, tendo representantes do Brasil, Uruguai, Chile e Paraguai se manifestado publicamente contrários e esta possibilidade (CHARLEAUX, 2019).

A emergência da crise venezuelana pode ser vista pelo construtivismo como um distúrbio rumo à cultura hobbesiana - pois traz ao cenário continental a preocupação com o interesse nacional de sobrevivência física ao ameaçar a existência de um Estado mais fraco - mas que tenderia posteriormente à cultura lockeana outra vez. Ou seja, seria um distúrbio mas sem a tendência de se perpetuar, pois os países já internalizaram certas percepções sobre si que não permitiriam mais um conflito constante os ameaçando (WENDT, 1999).

Assim torna-se difícil reconhecer uma preocupação com o bem-estar coletivo como existia com os partidos de esquerda e centro-esquerda. Com o passar dos anos e com a troca das lideranças, irromperam na região fissuras na identidade dos países como um todo, pois torna-se complexo imaginar um senso de coletividade quando existem países de inclinação à direita e países com configurações como da Venezuela e Bolívia, por exemplo.

Todavia, algumas divergências não são novas, pois os países sul-americanos sempre possuíram diferenças internas, principalmente relacionadas à ideologia, sendo possível a convivência de nações com lideranças que seguiam ideais revolucionários e lideranças mais moderadas; a diferença crucial é que agora, com a emergência e consolidação da direita, essas diferenças são levadas a um patamar mais extremo, de polarização completa.

Mas, de certa forma, depois de uma longa trajetória desses países enquanto um grupo reconhecido como América do Sul, são internalizadas concepções acerca uns dos outros por meio da estrutura de conhecimento compartilhado - que tem a história como crucial para estes entendimentos - que não permitem, pelo ou menos por agora, dizer que há uma ruptura total no processo de identificação dos Estados (WENDT, 1999).

Os 12 países que compõem o subcontinente possuem, quase que em sua totalidade, históricos de ditadura, trajetórias econômicas semelhantes e fluxos ideológicos mais ou menos parecidos. Isso os fez convergir de maneira frutífera durante maior parte do século XXI, mas os acontecimentos recentes indicam que nem todos seguem o mesmo curso devido à emergência de diferenças que não podem ser superadas a primeiro momento. Os que estão alinhados, não possuem mais os mesmos interesses de antes e agora contam com maior aproximação dos Estados Unidos, país ao qual tentaram obter durante muitos anos, maior autonomia.

Sendo assim, analisadas as modificações nas instituições, a alteração dos objetivos estatais e o caso da Venezuela, têm-se que esse período há uma modificação nos interesses dos Estados que possuem um nível de internalização da cultura que gira em torno do segundo grau. A história conjunta desses países permitiu que fosse consolidado um conhecimento mútuo que

permitiu uma cooperação mas não ainda internalizada ao terceiro nível, em que os Estados não mais agiriam em conjunto pensando em seu próprio benefício, mas agiriam de acordo com o benefício coletivo.

Em ambos os períodos de análise nota-se que os países utilizaram da aproximação para atingir seus objetivos próprios, porém se anteriormente caminhava-se rumo a uma internalização ao terceiro grau da cultura lockeana, agora este processo encontra-se, no mínimo, estagnado. Como já bem enfatizado por Wendt (1999), essa estagnação rumo a uma maior identificação não depende tanto do nível de internalização da cultura, já que se percebe que em ambos os momentos os países sul-americanos estão defendendo, também, seus interesses próprios; mas depende mais do que fato os Estados desejam. Se antes parecia haver uma defesa do interesse próprio conjuntamente com o avanço da integração no subcontinente, o interesse próprio aparece mais em evidência, utilizando-se da integração para a obtenção desses objetivos e não pela mera preocupação de consolidar este processo.

3.3 Implicações

Após analisados todos os desdobramentos que ocorreram desde 2012, com o agravamento da situação econômica, como no campo político, com a mudança na orientação ideológica dos presidentes, é preciso refletir acerca dos rumos desse processo. Como Wendt bem argumenta, as práticas são de importância vital para a emergência de determinadas configurações no sistema internacional; e nas seções anteriores notou-se justamente como estas - as práticas, ou então, a ação dos Estados - moldaram as diferentes relações entre as nações (WENDT, 1992).

Foi-se possível observar um dos pontos centrais da teoria de Wendt: a anarquia internacional permite diferentes configurações para além da autoajuda. A cultura lockeana não deixa de ser anárquica e ainda sim, incorporados nela, os Estados conseguiram construir uma estrutura mais cooperativa e não apenas baseada no conflito. Além disto, a mudança das práticas pelos sul-americanos no período mais recente, também mostrou outro aspecto da teoria construtivista: ao se considerar uma estrutura como majoritariamente social, não implica-se que as possibilidades de mudanças são facilmente realizáveis, mas sim que após internalizadas algumas concepções sobre os atores, surge um interesse em manter determinadas posições no sistemas, se estas se mostrarem vantajosas (WENDT, 1999).

O período se mostra como muito instável para o conjunto dos países da América do Sul, pois ajustes econômicos estão sendo realizados e as nações enfrentam atritos em diversas questões que ainda não encontraram uma finalização concreta. Logo, argumentou-se na seção anterior que estas mudanças, apesar de relevantes, não encontram a força suficiente para se

configurarem em uma transformação estrutural, então convém analisar quais os rumos que estes acontecimentos podem tomar no futuro.

Na realidade, esta não é uma pergunta que se obtém resposta sólida, sendo possível apenas a elaboração de hipóteses que podem vir a se concretizar, ou não, no futuro. O próprio Wendt já indica como existe uma tendência para que o mundo caminhe rumo a uma cultura kantiana, pois este seria o arranjo mais vantajoso. Os custos da não integração tenderiam a ser cada vez maiores (SCHOUTEN, 2008).

Ainda há de se considerar os fluxos econômicos e como estes podem influenciar nos rumos do subcontinente. Se na virada do século a esquerda parecia como a solução para a resolução de problemas sociais e econômicos, e recentemente a direita apareceu cumprindo este papel, nada garante que não pode haver um retorno desses progressismo. Mas ainda, deve-se lembrar que atualmente estes partidos encontram-se desmoralizados frente aos episódios de corrupção, evidenciando como este cenário não estaria tão próximo.

Não pretende-se argumentar que a orientação ideológica das lideranças sul-americanas irão condicionar a uma cultura kantiana se estiverem mais orientadas à esquerda ou então à volta temporária de um conflito aos moldes hobbesianos caso estejam orientadas mais à direita. O que pretende-se dizer é que essas lideranças influenciam nos interesses dos Estados e modificam os seus objetivos enquanto um grupo.

De fato, enxerga-se um desmonte parcial e uma perda de relevância das instituições construídas anteriormente, mas devido à congruência de interesses - que agora não são mais os que operavam no período anterior - emergem novos meios de aproximação entre os países. Talvez esses novos meios não sejam tão ativos e não estejam tão preocupados com a consolidação de uma identidade entre o subcontinente, funcionando mais como mecanismos de aproximação para com países de fora da região. A pluralidade de questões discutidas nessas instituições também reduziu consideravelmente, indicando um foco muito mais econômico.

Finalmente, este foco econômico também mostra-se presente no significado que os países aparentemente possuem uns para os outros agora. O que se observa é que as relações são mais no âmbito de uma parceria econômica de forma geral - o que não se exclui no período anterior mas também não se restringe apenas a isto -, e não enquanto um grupo tentando solucionar questões comuns para além do campo financeiro e comercial, por exemplo. Há uma clara mudança na percepção que os Estados possuem tanto de si mesmos como dos outros, mostrando a relevância da identidade enquanto estruturadora das relações no sistema internacional.

CONCLUSÃO

O presente trabalho partiu da observação de variações no caráter das relações entre os países sul-americanos durante o período que vai do início dos anos 2000 até o tempos atuais. Ocupou-se de interpretar esses eventos sob a luz da teoria construtivista de Alexander Wendt, com foco nas identidades e interesses dos Estados, para que fosse respondido o questionamento acerca do caráter dessas variações, ou seja, se elas constituiriam uma mudança estrutural no subcontinente.

A associação dos fatos com a teoria nos permite confirmar a hipótese de que essas variações não têm força suficiente para se traduzirem em uma mudança estrutural, primeiramente porque o construtivismo de Wendt não permite uma flexibilidade ou regresso das culturas já estabelecidas, e segundo pois os fatos não tem maturidade suficiente para tal. Mas, ainda sim existem diversos caminhos pelos quais podem-se analisar as mudanças recentes sob a perspectiva desta teoria. Nota-se que há uma mudança na aproximação entre os países, que agora possuem outros interesses e objetivos não tão coesos quanto foram os do período anterior à 2015.

Em virtude de tudo que foi observado no subcontinente durante o período em questão, pode-se explicitar que independente da ênfase muito concedida às ideias na teoria construtivista, ainda sim não se pode falar em uma flexibilidade da mudança estrutural. Como o autor bem enfatiza, muito depende das práticas dos Estados, ou seja, as ações que eles executam e também as intenções que estão por trás destas; considerando ainda que a percepção que os atores possuem uns dos outros é de extrema relevância para o avanço - ou não - da cooperação.

Antes, o subcontinente caminhava rumo à um terceiro nível de internalização da cultura lockeana, agora encontra este processo em estado de estagnação. Essa estagnação está explicada pelo próprio desinteresse dos países em não se engajar em um processo de aproximação tão intenso, preferindo diversificar suas relações - agora majoritariamente comerciais - com países para além do subcontinente.

Por fim, em relação ao futuro tudo dependerá das ações que os Estados executarão daqui para frente em relação a diversos assuntos. Devem ser observadas os desdobramentos da crise na Venezuela, a atuação nas instituições que estão sendo modificadas ou até mesmo a destruição delas, a relação entre os líderes dos países sul-americanos e a relação destes com os Estados Unidos e assim por diante. Não se pode cair no erro de tomar as identidades como fixas e ignorar a importância das práticas ao longo do tempo, pois estas estarão constantemente em constituição.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. As políticas neoliberais e a crise na América do Sul.

Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, v. 45, n. 2, p.135-146, dez. 2002.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292002000200007>. Acesso em: 15 abr. 2019

BARRUCHO, Luis; CARMO, Marcia. **O Mercosul, criticado por Paulo Guedes, ainda é importante para o Brasil?** 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46039085>>. Acesso em: 27 abr. 2019.

BBC. **A conexão brasileira que levou o ex-presidente do Peru Ollanta Humala e sua mulher à prisão.** 2017. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-40605164>>. Acesso em: 10 maio 2019.

BRICEÑO-RUIZ, José. Times of Change in Latin American Regionalism. **Contexto Internacional**, [S.l.], v. 40, n. 3, p.573-594, dez. 2018.

CALIXTRE, André Bojikian; BARROS, Pedro Silva (Org.). Além da circunstância: caminhos da integração sul-americana: do Mercosul à UNASUL. In: VIANA, André Rego; BARROS, Pedro Silva; CALIXTRE, André Bojikian. **Governança Global e Integração da América do Sul**. Brasília: Ipea, 2011. p. 177-197.

CAN. **Cronología.** 2019. Disponível em:

<<http://www.comunidadandina.org/Seccion.aspx?id=195&tipo=QU&title=cronologia>>.

Acesso em: 20 abr. 2019.

CARMO, Marcia. **'Me dá pena, pena pelo Brasil', diz Mujica sobre manobra para salvar Temer na Câmara.** 2017. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-40677876>>. Acesso em: 10 maio 2019.

CASTEÑEDA, Jorge G.. Latin America's Left Turn. **Foreign Affairs**, [S.I], v. 85, n. 3, p.28-43, maio 2006. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/south-america/2006-05-01/latin-americas-left-turn>>. Acesso em: 14 abr. 2019.

CEPAL. Panorama Social da América Latina 2013. 2013. Disponível em: <<https://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/1252-panorama-social-america-latina-2013-documento-informativo>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

CEPAL. Panorama Social da América Latina 2014. 2014. Disponível em: <<https://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/37706-panorama-social-america-latina-2014-sintese>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

CHARLEAUX, João Paulo. **Como os países sul-americanos contêm os EUA na Venezuela.** 2019. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2019/04/15/Como-os-pa%C3%ADses-sul-americanos-cont%C3%AAm-os-EUA-na-Venezuela>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

COUTINHO, Marcelo. Movimentos de mudança política na América do Sul contemporânea. **Revista de Sociologia e Política**, [S.l.], n. 27, p.107-123, nov. 2006.

DE LA CUADRA, Fernando Marcelo. Os Desafios da Política Social na América Latina. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, [S.l.], v. 19, n. 64, jan. 2014. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/view/10382>>. Acesso em: 14 abr. 2019.

FELLET, João. **Os diferentes interesses e atitudes das seis delegações que boicotaram discurso de Temer na ONU.** 2016. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-37425971>>. Acesso em: 25 abr. 2019.

GRAHAM-HARRISSON, Emma. **Brazil's corruption scandal spreads across South America.** 2017. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2017/feb/11/brazils-corruption-scandal-spreads-across-south-america>>. Acesso em: 02 jun. 2019.

LEAL, Javier Sáez; MOLINA, Federico Rivas. **Guinada sul-americana à direita se consoma com enterro da Unasul.** 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/22/internacional/1553281368_627367.html>. Acesso em: 27 abr. 2019.

MARIANO, Marcelo Passini; RAMANZINI JUNIOR, Haroldo; ALMEIDA, Rafael Augusto Ribeiro de. O Brasil e a Integração na América do Sul: Uma Análise dos Últimos Dez Anos (2003-2013). **Relações Internacionais**, Lisboa, n. 41, p. 123-134, mar. 2014. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992014000100008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 23 maio 2019.

MATTEI, Lauro Francisco. Impasses políticos atuais e principais tendências do processo de integração da América do Sul. **Rebela**, [S.I.], v. 8, n. 1, p.1-14, abr. 2018.

MERCOSUL. **Saiba mais sobre o MERCOSUL**. 2019. Disponível em: <<http://www.mercosul.gov.br/saiba-mais-sobre-o-mercosul>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

MERCOSUR. **Quienes Somos**. 2019. Disponível em: <<https://www.mercosur.int/quienes-somos/edificio-mercosur/>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

MOLINA, Frederico R.; BENITES, Afonso. **Bolsonaro e Macri atuam por Mercosul com mais negócios e menos à esquerda**. 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/18/internacional/1555613012_338098.html>. Acesso em: 27 abr. 2019.

MORAÑA, Mabel. Negotiating the local: the Latin American "pink tide" or what's left for the left? **Canadian Journal Of Latin American And Caribbean Studies**, [S.I.], v. 33, n. 66, p.31-41, 2008. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/41800572>>. Acesso em: 17 abr. 2019.

MOTA, Ana Elizabete. Crise, desenvolvimentismo e tendências das políticas sociais no Brasil e na América Latina. **Configurações**, [S.I.], n. 10, p.29-41, dez. 2012. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/configuracoes/1324#quotation>>. Acesso em: 17 abr. 2019.

MRE. **Declaração presidencial sobre a renovação e o fortalecimento da integração da América do Sul**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/20203-declaracao-presidencial-sobre-a-renovacao-e-o-fortalecimento-da-integracao-da-america-do-sul>>. Acesso em: 28 abr. 2019.

ODILLA, Fernanda. **Por que especialistas veem 'onda conservadora' na América Latina após disputa no Brasil.** 2018. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/10/por-que-especialistas-veem-onda-conservadora-na-america-latina-apos-disputa-no-brasil.shtml>>. Acesso em: 25 abr. 2019.

OEI. **Reunião de Presidentes da América do Sul.** 2019. Disponível em:

<<https://www.oei.es/historico/oeivirt/cimeira0.htm>>. Acesso em: 21 abr. 2019.

PASE, Hemerson Luiz; MELO, Claudio Corbo. Políticas públicas de transferência de renda na América Latina. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 2, p.312-329, abr. 2017.

REUTERS. **Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Peru e Paraguai abandonam Unasul.**

2018. Disponível em:

<https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/21/internacional/1524267151_929149.html>. Acesso em: 27 abr. 2019.

ROSA, Ana Beatriz. **Prosul:** Entenda como deve funcionar novo bloco de países sul-americanos. 2019. Disponível em: <https://www.huffpostbrasil.com/entry/bolsonaro-prosul_br_5c9626afe4b0a6329e171d38>. Acesso em: 15 jun. 2019.

SANTOS, Bruno Galvão dos. O ciclo econômico da América Latina dos últimos 12 anos em uma expectativa de restrição externa. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, n.43, p. 205-251, jun. 2015.

SARAIVA, Miriam Gomes. Integração regional na América do Sul: processos em aberto. In: 3º ENCONTRO NACIONAL ABRI 2011, 3., 2011, São Paulo. **Proceedings online.**

Associação Brasileira de Relações Internacionais Instituto de Relações Internacionais - USP, Disponível em:

<http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000122011000300028&lng=en&nrm=abn>. Acesso em: 20 abr. 2019.

SCHAPIRO, Martín. América del Sur: ¿todo vuelve? **Nueva Sociedad**, [S.I.], n. 275, p.1-10, maio 2018. Disponível em: <<http://nuso.org/articulo/america-del-sur-todo-vuelve/>>. Acesso em: 25 abr. 2019.

SCHOUTEN, Peer. **Theory Talk #3: Alexander Wendt on UFO's, Black Swans and Constructivist International Relations Theory**. 2008. Disponível em: <<http://www.theory-talks.org/2008/04/theory-talk-3.html>>. Acesso em: 19 jun. 2019.

SOARES, Laura Tavares. Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina. In: FÓRUM PERMANENTE PARA A INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA E O CARIBE, 2014. **Conferência**. Foz do Iguaçu. 2014. p. 1-24.

SOUZA, Nilson Araújo de. América Latina: as ondas da integração. **Oikos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p.1-40, abr. 2012.

UNASUL. **Quem Somos**. 2019. Disponível em: <<http://isags-unasur.org/quem-somos/unasul/>>. Acesso em: 22 abr. 2019.

WENDT, Alexander. Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics. **International Organization**, v. 46, n. 2, p.391-245, 1992.

_____. Constructing International Politics. **International Organization**, v. 20, n. 1, p.391-425, 1995.

_____. **Social Theory of International Politics**. Reino Unido: Cambridge University Press, 1999.

_____. The agent-structure problem in international relations theory. **International Organization**, v. 41, n. 3, p.335-370, 1987.